



Câmara Municipal de Rubim
Estado de Minas Gerais
CEP: 39950-000

ATA DA 05ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RUBIM-MG. Aos 25 dias do mês de abril de 2017, realizou-se no plenário da Câmara Municipal de Rubim, a quinta reunião ordinária dos Vereadores, sob a presidência do Vereador Bruno Jardim Henrique. A reunião teve início às 19:00 com a presença dos seguintes Vereadores: Armando Pereira Filho, Carlos Pereira da Silva, Ivone Rodrigues Coelho, João Valcy Ferreira de Freitas, Romilso Pereira de Sousa, Vandessi Ferraz Souto e Vilmar Ferreira Damasceno. Estando ausente o Vereador, Reinaldo Pereira de Oliveira. Havendo quórum regimental, o Presidente declarou aberta a Reunião, saudando a todos e pedindo a Deus que iluminassem os trabalhos desta Casa. Em seguida o Presidente pediu ao Secretário que fizesse a leitura da ata da reunião anterior, e após ter sido lida, e discutida foi aprovada e assinada por todos os presentes. Dando início a ordem do dia, foram apresentadas as seguintes indicações: Indicação nº12/2017, de autoria do Vereador João Valcy, que indicou ao Prefeito Municipal a necessidade da construção da ponte localizada na fazenda do Senhor “Joaquim Ramalho”, ponte que liga Vento Frio a comunidade Lagoinha; Indicação nº 13/2017, de autoria do Vereador João Valcy que indicou ao Prefeito Municipal a necessidade da construção do calçamento da Rua Sergipana, no distrito de Itapiru; Indicação nº 14/2017, de autoria da Vereadora Ivone Coelho que indicou ao Prefeito Municipal a necessidade de podar as árvores da fazenda do Senhor “Adão Antunes” estrada que liga Itapiru a Catajás. Foi analisado o Projeto de Lei de nº 01/2017 de autoria do executivo, “Que altera a Lei Municipal Nº 1087, de 23/12/2013, que dispõe sobre o plano plurianual do período 2014 a 2017, altera a Lei Municipal Nº 1.121 de 15/12/2016, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2017 e autoriza a abertura de crédito especial no orçamento do exercício financeiro de 2017, lei 1.120, de 15/12/2016 e contém Providências”, encaminhado para as comissões para análise, e após leitura dos pareceres da Comissão de Legislação, Justiça e Redação e Comissão de Orçamentos, Finanças e Tomadas de Contas, favoráveis a aprovação da matéria, o supracitado Projeto de Lei 01/2017 foi colocado em



Câmara Municipal de Rubim

Estado de Minas Gerais

CEP: 39950-000

votação, sendo aprovado por sete votos favoráveis. Foi analisado também o Projeto de Lei de nº02/2017 “Que revoga a Lei Municipal nº705, de 30 de março de 1992, e institui o conselho Municipal de Saúde” foi também encaminhado para as comissões a quem o Presidente passou a palavra. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação apresentou parecer favorável a proposição, e apresentou três emendas conjuntas. A Emenda Modificativa ao art. 3º, nos incisos que especifica Emenda Aditiva ao artigo 2º para inclusão do inciso XII, e Emenda Aditiva ao art. 3º, para inclusão do § 3º. Conforme determinação regimental, as emendas foram colocadas em discussão, por preferência sobre a proposição principal. Depois, colocadas em votação, foram aprovada por unanimidade dos presentes. Assim, o Presidente colocou o Projeto de Lei nº 02/2017, com emenda em votação, e este foi aprovado por unanimidade dos presentes. Dando continuidade, atendendo a ofício, foi concedido a palavra ao Sr. Luciano Ferreira Coutinho, que falou sobre a obra interminável do esgoto que causou sérios problemas na administração passada, e quais providenciam tomadas após 85 dias, e pediu uma posição dos Vereadores para cobranças de atitudes do Executivo perante ao fato, sugeriu até a formação de uma comissão do legislativo para investigação. Falou ainda da revogação da lei 1122 que aumentou os salários dos Vereadores, e não do prefeito, vice e secretários, abordando que a lei vale para todos, e que também deveriam ser revogadas. Sobre o assunto, O Vereador Vilmar Damasceno disse ter feito inúmeras cobranças sobre a obra do esgoto ao Prefeito do pleito anterior, mas nada foi feito no sentido de resolver a situação, abordou querer participar da comissão para investigar, pois segundo ele faz questão de ser um dos fiscalizadores dessa obra, que ultrapassou o valor de Dois milhões de Reais. O Presidente disse se não for feito nada para resolver a situação do esgoto, iria tomar as providências e se fosse necessário denunciaria também ao Ministério Público. Sobre a revogação do salário dos Vereadores, o Presidente disse que a assessoria jurídica está analisando a questão do Subsídio do Prefeito e dos Secretários. Dando continuidade, foi concedida a palavra a Sra. Ginna Moreira,

